



TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

ORGÃO GERENCIADOR:	SEMEL
--------------------	-------

ORGÃOS PARTICIPANTES:				
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-

	OBRA	X	SERVIÇO		MATERIAL DE CONSUMO		EQUIPAMENTO		OUTROS
--	------	---	---------	--	---------------------	--	-------------	--	--------

01 – DO OBJETO

01.1 O objeto deste **Termo de Referência/Projeto Básico** é estabelecer os parâmetros para Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços de arbitragem (quarteto, composto de árbitros, árbitros auxiliares e delegado qualificados para futebol de campo – 170 jogos aproximadamente), por estimativa em atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

02 – DA JUSTIFICATIVA / DA FINALIDADE

02.1 – O presente pedido tem por finalidade a realização dos Campeonatos Municipais de Futebol Amador de Trajano de Moraes, sendo necessária a contratação de empresa especializada e qualificada para os jogos.

02.1 – É sabido que a prática esportiva tem a função de desenvolver as potencialidades humanas, bem como tem a função de promover momentos de descontração, lazer e convívio social, inclusive no âmbito da inclusão, agregando valores como disciplina, organização, autoestima, além de melhorar a qualidade de vida das pessoas.

02.2 - Por isso o Município de Trajano de Moraes busca promover tal prática, criando uma intensa agenda de eventos esportivos, para os quais é necessário o empreendimento de pessoal capacitado, treinados e com conhecimento específico e prática habitual.

02.3 - Considerando que a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer não dispõe de pessoal suficiente e com qualificação adequada, faz-se necessária a contratação pretendida uma vez que o serviço de arbitragem servirá para o atendimento às competições municipais de futebol amador, desenvolvidas por esta Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

02.4 – A contratação pretendida se enquadra nas hipótese legal prevista no inciso IV do Decreto Municipal n. 065/17 para que a mesma seja processada via sistema de registro de preços:

“Art. 2º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”(grifo nosso)

03 – DAS ESPECIFICAÇÕES / DESCRIÇÃO DOS BENS OU SERVIÇOS

03.1 – O presente pedido tem como finalidade a realização dos Campeonatos Municipais de Futebol Amador de Trajano de Moraes, sendo necessária a contratação de um serviço de arbitragem qualificado para a realização dos jogos.



TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

03.2 - As arbitragens serão utilizadas na realização dos seguintes Campeonatos Municipais, podendo ter o apoio ou parcerias com outras entidades afins:

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO
APROX. 170	JOGOS	Serviços de arbitragem (quarteto, composto de árbitros, árbitros auxiliares e delegados qualificados para futebol de campo – 170 jogos aproximadamente).

03.3 - Todos os oficiais de arbitragem que compõem o quarteto devem possuir curso de formação de arbitragem expedido por entidades devidamente reconhecidas por lei.

04 – DO PRAZO E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

04.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o MUNICÍPIO e a adjudicatária será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura da Ata.

04.2 – A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, obedecida às disposições contidas no Decreto Municipal nº 065/2017.

05 – DO PRAZO PARA A ENTREGA DO OBJETO REGISTRADO

05.1 – A realização do serviço, em caso de necessidade poderá ser parcelada, conforme solicitação da Administração Pública, cujo prazo deverá ocorrer em até **05 (cinco) dias** corridos, a iniciar contagem no dia seguinte do recebimento, pela adjudicatária, da **Ordem de Serviço (Serviços)** para o Início da Execução Contratual.

05.2 – Salvo se houver pedido formal de prorrogação do prazo definido no item anterior, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela Administração, o prazo poderá ser prorrogado para melhor atendimento ao interesse público.

05.3 – Os itens serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o pedido.

06 – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

06.1 – Do local onde serão realizados os serviços: Trajano de Moraes, Visconde de Imbé, Barra dos Passos, Maria Mendonça, Vila da Grama, Sodrelândia e Dr Elias.

07 – DA FISCALIZAÇÃO DA EVENTUAL CONTRATAÇÃO

07.1 – O regime de execução é indireto, nos termos do Inciso VIII do Art. 6º da Lei de Licitações, sendo a fiscalização do serviço deste termo, ficará a cargo de servidores a serem designados e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, que promoverá o acompanhamento da execução, bem como, a aceitação dos mesmos.

07.2 – A fiscalização da administração pública se incumbirá de discutir e avaliar, constantemente, o teor, a qualidade dos serviços e o andamento de sua execução e fazer exigências, quando necessárias.



TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

07.3 – Em nível de acompanhamento, deverão ser procedidas reuniões periódicas na medida em que as necessidades do desenvolvimento dos trabalhos assim exigirem.

08 – DO PRAZO

08.1– A prestação dos serviços deste pedido será **em conformidade com a tabela dos Campeonatos Municipais de Trajano de Moraes**, a contar da data do empenho a ser anexada ao presente processo posteriormente.

08.2 – A validade da proposta não deverá ser inferior a 60(sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

09 – DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

09.1 – A nota fiscal deverá ser apresentada após os serviços, a fim de ser atestada pelos responsáveis designados pelo recebimento dos serviços.

09.2 – Os serviços serão executados de acordo com as necessidades do Departamento de Esportes.

09.3 – Os pagamentos serão efetuados de acordo com os serviços realizados.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 – Comunicar à licitante vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução dos serviços. Cumprir o art. 73, I, alíneas a) e b) da Lei Federal N.º 8.666/1993.

10.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, os bens/serviços entregues ou executados fora da especificação deste Termo de Referência/Projeto Básico.

10.3 – Providenciar a **aceitação provisória** do objeto deste Termo de Referência, em até **15 (quinze) dias**, contados da data do recebimento, pela administração pública, da comunicação do adjudicatário, informando o término ou conclusão do objeto, podendo ser dispensado nos termos do artigo 74 da Lei Federal 8.666/93.

10.4 – Providenciar a **aceitação definitiva** do objeto deste Termo de Referência, em até **90 (noventa) dias**, contados da data da aceitação provisória emitida pela administração pública.

11 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRADA

11.1 – Comunicar a administração todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução dos serviços.

11.2 – Descrever sua proposta obedecendo às especificações constantes deste Termo de Referência /Projeto Básico e seus anexos integrantes, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo, sob pena de desclassificação da mesma, caso não o faça.

11.3 – Destacar, se assim desejar, na sua proposta e posteriormente na Nota/Documento Fiscal, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte, se é ou não optante pelo Simples Nacional e em qual anexo à mesma se enquadra, para fins de aplicação de alíquota do ISS e IRRF prevista na Legislação Tributária Federal. Caso contrário, será atribuída a alíquota correspondente prevista no Código Tributário Municipal, assim como as alíquotas de 1% ou 1,5% a título de IRRF.



TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

11.4 – Destacar, se assim desejar, na sua proposta e posteriormente na Nota/Documento Fiscal, em caso de contratações mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada, o valor total da mão-de-obra empregada e o valor correspondente a 11%, para fins de retenção do INSS prevista na Legislação Previdenciária. Caso contrário, será atribuída a alíquota de 11% sobre o valor total da Nota/Documento Fiscal.

11.5 – Assinar a ata de REGISTRO DE PREÇOS, mantendo, durante toda a vigência dos mesmos, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

11.6 – Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público.

12 – DO EDITAL DA LICITAÇÃO

12.1 – Os itens do Edital serão aplicados de acordo com a Comissão Permanente de Licitação, Procuradoria Geral do Município e a equipe Gestora do Pedido, bem como o presente termo de referência.

13 – DO CONTRATO / DO ADITAMENTO DO CONTRATO

13.1 – As cláusulas contratuais obedecerão as disposições legais, bem como poderão atribuir outras cláusulas de acordo com o Gestor do Pedido, Coordenadoria de Controle de Contrato e Procuradoria Geral do Município e o objeto empregado, para fins de efetividade e legalidade, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 1.680/13.

13.2 – Dar-se-á rescisão contratual das partes nos termos da aplicação do **Artigo 77, 78, 79 e 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93**.

15.3 – Do futuro contrato que poderá ser firmado, o Gestor do Pedido poderá solicitar ao Ordenador de Despesa **ADITAMENTO CONTRATUAL** nos termos do **art. 57, 65 e 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93**.

1 – O Aditamento de Contrato deverá estar disposto no Edital da Licitação.

Podem ser: a) período – (inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93)

b) prazo – (§ 1º do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93)

c) acréscimo – (§ 1º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93)

d) supressão – (§ 1º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93)

e) suspensão – (inciso XIV do artigo 78 da Lei Federal 8.666/93)

f) revisão – (alínea d, do inciso II do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93)

Unidade Administrativa Indireta				Unidade Administrativa Direta			
Data:	30/03/2022	Mat.:	7598	Data:	30/03/2022	Mat.:	7598
Nome	Leandro Medeiros Gonçalves			Nome	Leandro Medeiros Gonçalves		
Secretário Municipal de Esporte e Lazer				Secretário Municipal de Esporte e Lazer			
Assinatura				Assinatura			